



Ex.ma Senhora

Luísa Coelho

Belavista

Assunto: Carta Educativa do Concelho de Águeda (C.E.)

Acusando a recepção da exposição apresentada por V.Exa no âmbito da discussão pública da Carta Educativa do Concelho de Águeda, agradecemos desde já o contributo que esta constitui para a reanálise e reformulação da proposta inicial com vista à requalificação da oferta educativa do concelho implícita nas propostas deste documento.

As questões, pertinentes, por vós apresentadas mereceram a nossa atenção, tendo as mesmas sido devidamente analisadas e ponderadas no processo de alteração do documento inicial, e na elaboração de uma proposta final mais coerente e mais adaptada à realidade concelhia.

Relativamente às questões levantadas gostaríamos de esclarecer o seguinte:

1. No nosso concelho vários são os exemplos de freguesias (sobretudo freguesias serranas) que desde 1950, apesar da existência de vários estabelecimentos escolares, não conseguiram inverter o cenário de decréscimo ou estagnação populacional que as caracteriza. Consequentemente podemos concluir que a educação não é um factor impulsionador do crescimento demográfico e que este envolve inúmeros factores que fogem do âmbito da carta educativa e que serão devidamente enquadrados noutros instrumentos de planeamento (por exemplo a Revisão do Plano Director Municipal). Contudo, e caso se mostre necessário, ao contrário do previsto pelos estudos constantes na carta educativa, esta possui um sistema de monitorização que permite alterações à mesma sempre que a realidade escolar o justificar.
2. A zona serrana é constituída essencialmente por cinco freguesias: Préstimo, Macieira de Alcôba, Castanheira do Vouga, Belazaima do Chão e Agadão. O ponto mais central destas freguesias é, de acordo com a matriz de distâncias entre sedes de freguesias (constante nos estudos de caracterização da carta educativa), a freguesia da Castanheira do Vouga. Caso se optasse por propor um pólo nesta freguesia, teríamos, por questões de proximidade, de afectar a freguesia de Belazaima do Chão ao Pólo de Aguada de Cima, pois tal encurtaria significativamente, cerca de



50% a distância a percorrer pelos alunos. O eventual pólo de Castanheira do Vouga abrangeria então uma população escolar muito reduzida, isto é, em 2015 abrangeria 17 crianças da educação pré-escolar e 76 alunos do 1º CEB (5 salas de aula), e em 2020 abrangeria 13 crianças da educação pré-escolar e 57 alunos do 1º CEB (4 salas de aula), já que a criação do 2º e 3º CEB, era indiscutivelmente injustificável devido ao reduzido número de turmas (quatro turmas em 2015) e consequente reduzido rácio professores /turma. Contudo a diferença entre a distância das sedes de freguesias de Macieira de Alcôba, Préstimo e Agadão ao eventual pólo de Castanheira do Vouga e a distância destas aos pólos propostos pela C.E. é de 3km, 1km, 2km, respectivamente. Em virtude da reduzida população abrangida e da reduzida diferença das distâncias a percorrer pelos alunos até ao suposto pólo da zona serrana ou até aos pólos efectivamente propostos pela C.E. e o reduzido tempo associado ao transporte escolar não se justifica a criação de mais um pólo educativo.

3. Os jardins-de-infância da zona serrana, por questões de proximidade (factor fundamental para este “nível de ensino”) manter-se-ão.
4. A deslocação dos alunos da zona serrana para pólos mais centrais, permite também combater algumas situações de isolamento social existente, permitindo que estes alunos tenham acesso a instalações, equipamentos, informações e realidades semelhantes aos dos restantes alunos do concelho, enriquecendo o seu processo de aprendizagem e percurso escolar assim como o dos demais alunos destes estabelecimentos.
5. A “luta” pela melhoria e garantia de boas condições de funcionamento dos futuros estabelecimento escolares não se finaliza com a formulação da carta educativa, para tal será também necessário o acompanhamento da implementação das propostas constantes deste documento, e sobretudo a ponderação de factores, aquando da realização dos projectos de execução das novas instalações a construir. Uma vez que os pólos educativos irão aglutinar alunos de diferentes níveis de ensino e de diferentes classes etárias, será necessária a criação de espaços, edifícios e de recreio, adaptados a cada nível de ensino, e à protecção de crianças e alunos de modo a promover uma harmoniosa convivência entre todos. É pretensão desta autarquia garantir e promover este acompanhando da implementação dos futuros pólos, defendendo sempre a melhor solução para os alunos e para a comunidade escolar, os quais terão sempre uma palavra a dizer acerca destas questões.
6. Relativamente ao pólo de Águeda é de referir o seguinte:



- a. O 1º CEB desta freguesia será distribuído até 2015/2016 (horizonte de projecto da C.E.) entre este pólo e a EB1 de Assequins, ano em que o pólo terá capacidade para acolher os alunos da EB1 de Assequins;
 - b. A proposta de criação de um novo pólo para as freguesias de Espinhel, Travassô e Óis da Ribeira, contribuirá também para diminuir o número de alunos afectos a este pólo
7. No que concerne às questões colocadas relativamente às características das instalações escolares e respectivas valências, convém referir que as obras propostas assentam na construção de edifícios de determinadas tipologias, ou seja para um determinado número de salas de aula. Tal implica a construção de todas as demais instalações obrigatórias e que se mostrem necessárias ao bom funcionamento dos estabelecimentos escolares adaptados a todos aqueles que o utilizam (alunos, com ou sem NEE, professores, educadores, funcionários, encarregados de educação, entre outros), tais como salas de actividades, salas polivalentes, instalações desportivas, salas especiais (ex. salas de informática), biblioteca, refeitórios (um ou vários em função da capacidade da escola e dos níveis de ensino) espaços exteriores de recreio, de estacionamento ou outras.
8. No que diz respeito às questões levantadas acerca do pessoal docente (diminuição dos rácios criança/aluno/educador/professor/apoios educativos) e a sua afectação aos futuros estabelecimentos escolares, tais questões ainda são da responsabilidade do Ministério da Educação apesar, de se poder prever, através do documento da C.E, um número aproximado de docentes necessário ao normal funcionamento dos estabelecimentos escolares. No entanto, esta é uma luta que depende sobretudo, das políticas Educativas do Governo e que terá de ser travada por toda a comunidade educativa.

Por fim voltamos a agradecer a disponibilidade e interesse manifestado no decorrer deste processo.

Com os nossos melhores cumprimentos

A Vereadora do Pelouro da Educação

(Dr.ª Elsa Corga)